

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00005/2026
DISPENSA DE VALOR N° 00001/2026

O MUNICÍPIO DE MACHADOS, Estado de Pernambuco, através da Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ 11.097.375/0001-38, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de se promover processos de compras transparentes em face das aquisições DIRETAS através de DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no Art. 75, II da Lei N° 14.133/21, torna público que realizará Chamamento Público para convocação de fornecedores (Pessoas Jurídicas) para apresentarem propostas para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico administrativo para planejamento e elaboração de formalização de demanda, estudos técnicos preliminar, gerenciamento de risco e termo de referência para nova lei de licitações e contratos Lei 14.133/2021, para a Prefeitura Municipal, com fundamentação legal no art. 75 da lei federal 14.133 de 01 de abril de 2021.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 03/02/2026, ÀS 16:00 HORAS (PROTOCOLO PRESENCIAL OU VIA E-MAIL)
JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO	DIA 04/02/2026
REFERÊNCIA DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	<u>contratacaodireta.machados@gmail.com</u> PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS MAJOR JOÃO MARQUES DE OLIVEIRA, S/N - CENTRO – MACHADOS-PE

1.0 – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste edital é a **Contratação de empresa para realizar serviços de pinturas nos prédios das UBS do Município de Machados-PE.**

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 – **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 1.2.2 – **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;**
- 1.2.3 – **ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;**
- 1.2.4 – **ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÃO**

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Machados-PE, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

03.012 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030110022.087 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAGEM
DE UNIDADES DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

500.1002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

601.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

03.012 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030110052.092 – FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

500.1002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

600.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

600.3110 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

600.3120 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA

600.3130 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO

621.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL

3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

2.2.1 - O valor global estimado para contratação será de **R\$ 129.382,38** (cento e vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos).

O valor se encontra dentro do valor estabelecido no inciso I do artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021, atualizada pelo Decreto Federal nº 12.807/25:

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 75, caput, inciso I	R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: contratacaodireta.machados@gmail.com, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA.

4.1.1 Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 03/02/2026 às 16:00h (presencial ou via e-mail)

Para se habilitar na presente Dispensa, os interessados (Pessoa Jurídica) deverão apresentar os seguintes documentos:

4.2 Habilitação Jurídica e Fiscal:

- 4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- 4.2.2 Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- 4.2.3 Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.2.4 Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- 4.2.5 Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- 4.2.6 Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- 4.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 4.2.8 Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);
- 4.2.9 Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021 (Anexo III);
- 4.2.10 O(s) profissional(is) deverá(ão) apresentar a Comprovação do Registro ou Inscrição da Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da Sede do profissional, bem como a comprovação da vinculação com a empresa.
- 4.2.11 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante, objeto compatível e pertinente com o objeto deste edital, devendo o atestado conter: além do nome do atestante, seu CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para afirmação de que a empresa executou corretamente as atividades pertinentes, atendendo a todas as condições contratuais. Não será aceito Atestado de Capacidade Técnica sobescrito pela Própria empresa licitante.

4.3 Proposta de Preço/Cotação:

- 4.3.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
- 4.3.2 As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- 4.3.3 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.0 – DO PAGAMENTO:

- 5.1. O pagamento ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 5.2. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

6.0 – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

6.1. Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

6.1.1. Início: 01 (um) dia;

6.1.2. Conclusão: 12 meses.

6.2. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de contrato.

7.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

7.2. O Município deverá anular o presente certame, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

7.3. A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Machados/PE, 28 de janeiro de 2026.

DANIELE DIAS DA SILVA RÊVOREDO
Gerente da Atenção Básica

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de empresa para realizar serviços de pinturas nos prédios das UBS do Município de Machados-PE.**

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

As UBS do município apresentam desgaste natural, especialmente nas áreas internas e externas, em razão do uso contínuo, da ação do tempo e de fatores climáticos, o que compromete não apenas a estética dos prédios, mas também as condições de higiene, salubridade e conforto dos ambientes utilizados por servidores e usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A execução dos serviços de pintura é medida necessária e urgente, pois contribui diretamente para a preservação do patrimônio público, prevenção de danos estruturais mais graves e manutenção de ambientes adequados para o atendimento da população, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde e maior bem-estar aos munícipes.

A contratação por dispensa de licitação encontra amparo legal no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal permitido para serviços de engenharia, além de se tratar de serviço comum, de baixa complexidade técnica e amplamente disponível no mercado local, o que possibilita a contratação de forma célere, econômica e eficiente.

Ressalta-se, ainda, que a realização do procedimento licitatório convencional, diante da natureza do objeto e do valor envolvido, poderia acarretar atraso na execução dos serviços, prejudicando o regular funcionamento das unidades de saúde e, conseqüentemente, a prestação dos serviços públicos essenciais.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviço Técnico Especializado em Pintura predial, com profissionais capacitados.	Mês	12

A descrição dos valores se apresenta em planilha anexa ao Termo de Referência, sendo o valor total de R\$ 129.382,38.

3.2. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS:

a) Elaboração de análises de faturas de iluminação pública e dos prédios do município de Machados mensalmente;

- b) Acompanhamento das ações de manutenção de Parque de Iluminação Pública e dos Prédios Públicos;
- c) Elaboração de projetos dos prédios públicos e assistência técnica para resolver quaisquer problemas que possam surgir após a implantação dos projetos.
- d) Acompanhamento de execução de serviços
- e) Elaboração de projetos de Iluminação Pública:
- Diagnóstico das Necessidades: Análise das demandas elétricas da Prefeitura, incluindo levantamento de dados técnicos e condições atuais das instalações elétricas.
 - Projetos de Instalações Elétricas: Criação de projetos detalhados para instalações elétricas em prédios públicos, iluminação pública e outros equipamentos, com atenção a normas técnicas e de segurança.
 - Especificação de Materiais: Elaboração de listas de materiais e equipamentos, com recomendações de marcas e modelos que garantam eficiência energética e durabilidade.
- f) Acompanhamento através de 02 (duas) visitas semanais na sede do município, afim de efetuar o relatório de acompanhamento e fiscalização.

4.0. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Para fins de habilitação, a empresa contratada deverá comprovar:

- a) **Registro ou inscrição da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA**, em situação regular, compatível com o objeto da contratação;
- b) **Indicação de responsável técnico** legalmente habilitado, com registro ativo no CREA, compatível com os serviços a serem executados;
- c) **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, especialmente serviços de pintura predial;
- d) **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART**, a ser apresentada antes do início da execução dos serviços, relativa às atividades contratadas.

5.0 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Efetuar o pagamento relativo aos serviços de pintura predial efetivamente executados, de acordo com as condições e prazos estabelecidos no contrato ou instrumento equivalente.
- 5.2. Proporcionar à CONTRATADA todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, conforme estabelecido no respectivo instrumento de ajuste.
- 5.3. Exercer a fiscalização dos serviços executados, por meio de servidor ou comissão designada, notificando a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas quanto à qualidade, prazos ou conformidade dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades assumidas.

5.4. Observar, no que couber, as disposições previstas nos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, compatíveis com o objeto da contratação.

5.5. Disponibilizar à CONTRATADA informações necessárias sobre os locais de execução dos serviços, incluindo características das edificações, condições estruturais aparentes e cronograma de funcionamento das UBS.

5.6. Garantir o acesso da CONTRATADA às áreas onde serão realizados os serviços de pintura, em dias e horários previamente acordados, de modo a não comprometer o atendimento à população.

5.7. Designar representante da Administração para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, bem como para dirimir dúvidas relacionadas à execução contratual.

5.8. Disponibilizar, quando necessário, apoio operacional mínimo para a adequada execução dos serviços, observadas as rotinas administrativas e de funcionamento das unidades de saúde.

6.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação fiscal, civil, tributária, trabalhista e previdenciária, bem como por todas as despesas assumidas, a qualquer título, perante fornecedores, empregados ou terceiros, em razão da execução dos serviços contratados.

6.2. Executar os serviços de pintura predial em conformidade com o objeto da contratação, observando rigorosamente as especificações técnicas, normas aplicáveis, boas práticas de engenharia e orientações da fiscalização do Contratante.

6.3. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante toda a vigência do contrato ou instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação por dispensa de licitação, apresentando a documentação comprobatória sempre que solicitada.

6.5. Emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação de regularidade exigida no processo de contratação.

6.6. Executar os serviços com materiais adequados e de qualidade, compatíveis com a finalidade dos ambientes das Unidades Básicas de Saúde, responsabilizando-se integralmente por eventuais falhas, defeitos ou vícios na execução.

6.7. Responsabilizar-se pela organização, limpeza e segurança das áreas onde os serviços forem executados, garantindo a correta destinação de resíduos gerados, conforme normas ambientais vigentes.

6.8. Atender prontamente às solicitações da fiscalização, prestando esclarecimentos, realizando correções e adotando medidas necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado.

6.9. Cumprir os prazos estabelecidos para execução dos serviços, respondendo por eventuais atrasos injustificados, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

6.10. Manter, quando exigido, responsável técnico habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados.

6.11. Garantir que a execução dos serviços não comprometa o funcionamento regular das Unidades Básicas de Saúde, adotando medidas para minimizar transtornos aos usuários e servidores.

6.12. Observar, no que couber, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, compatíveis com o objeto da contratação.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1.Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

7.1.1.Início: 01 (um) dia;

7.1.2.Conclusão: 12 meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de contrato.

8.0.DO REAJUSTE

8.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo do contrato.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.**

10.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

10.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Contratante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A fiscalização verificará a conformidade dos serviços de pintura com o objeto contratado, especificações técnicas e prazos estabelecidos.

10.3. A fiscalização não exclui a responsabilidade da Contratada pela correta execução dos serviços.

10.4. Constatadas irregularidades, a Contratada será notificada para correção, sem ônus para a Administração.

10.5. A aceitação dos serviços ocorrerá após atesto da fiscalização.

11.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe aplicadas, conforme a gravidade da infração e observados os procedimentos previstos nos arts. 156 a 163 do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, no âmbito do ente federativo sancionador;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de desconto dos pagamentos devidos ao Contratado ou, quando for o caso, cobrança judicial, acrescida dos encargos legais.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste item não afasta a responsabilidade civil e administrativa do Contratado, na forma da legislação vigente.

12.0 DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

12.1. Nos casos de eventual atraso no pagamento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de qualquer forma para o atraso, será devida compensação financeira, calculada desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo adimplemento.

12.2. Os encargos moratórios serão calculados mediante a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I,$$

onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira, apurado pela fórmula:

$$I = (TX \div 100) \div 365,$$

sendo TX o percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

12.3. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de utilização do índice referido, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente à época.

13.0. DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO LGPD

a. As partes contratantes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- b. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei Federal nº 13.709/18.
- c. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d. Constitui atribuição da Contratada orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e. O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
- f. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei Federal nº 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j. Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei Federal nº 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k. O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. RAZÕES DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

São razões da escolha do executante: a apresentação de toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como a oferta do menor preço por item dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Prefeitura Municipal de Machados, nos termos do artigo 75, §3º da Lei 14.133/2021. Destaca-se que eles devem guardar compatibilidade entre si, estando adequados aos preços praticados no mercado.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente termo de referência é parte integrante do contrato que dará origem, vinculando-o em todos os termos.

As partes elegem o foro da comarca de Bom Jardim, Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer problemas oriundas da presente contratação.

ANEXO I - PLANILHA DE CUSTOS

 PREFEITURA DE MACHADOS TRABALHANDO PARA O POVO				TABELAS REFERÊNCIA: SINAPI DEZEMBRO/2025 - NÃO DESONERADA			
RECURSOS: LOCAIS: CENTRO URBANO, BAIRRO DE LARANJEIRAS E SÍTIO SIQUEIRA - MACHADOS/PE OBJETO: REFORMA DAS UBS DA COHAB, MACHADINHO, LARANJEIRAS E SIQUEIRA DATA DE ELABORAÇÃO: JANEIRO DE 2026				BDI = 18,58%			
ORÇAMENTO BASE							
ITEM	FORTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1.0 UBS FRANCISCO PORFIRIO DA SILVA - COHAB							
1.1	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF. 04/2023	M2	1181,13	5,68	6.708,82
1.2	SINAPI	88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF. 04/2023	M2	637,98	13,62	8.689,29
1.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	1181,13	17,93	21.177,66
1.4	SINAPI	100744	PINTURA COM TINTA ALQUIDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF. 01/2020	M2	227,91	15,38	3.505,26
1.5	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	277,82	20,93	5.814,77
1.6	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	94,25	22,78	2.147,02
			TOTAL 1.0				48.042,82
2.0 UBS CÉLIO GUERRA - MACHADINHO							
2.1	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF. 04/2023	M2	1181,13	5,68	6.708,82
2.2	SINAPI	88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF. 04/2023	M2	637,98	13,62	8.689,29
2.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	1382,47	17,93	24.787,69
2.4	SINAPI	100744	PINTURA COM TINTA ALQUIDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF. 01/2020	M2	39,40	15,38	605,97
2.5	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	277,82	20,93	5.814,77
2.6	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	94,25	22,78	2.147,02
			TOTAL 2.0				40.185,80
3.0 UBS VER. MÁRIO DE ALBUQUERQUE XAVIER - LARANJEIRAS							
3.1	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF. 04/2023	M2	529,86	5,68	3.009,60
3.2	SINAPI	88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF. 04/2023	M2	277,74	13,62	3.782,82
3.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	529,86	17,93	9.500,39
3.4	SINAPI	100744	PINTURA COM TINTA ALQUIDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF. 01/2020	M2	79,66	15,38	1.225,17
3.5	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	138,01	20,93	2.888,55
3.6	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	55,44	22,78	1.262,92
			TOTAL 3.0				21.669,45
4.0 UBS DO SÍTIO SIQUEIRA							
4.1	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRILICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF. 04/2023	M2	383,43	5,68	2.177,88
4.2	SINAPI	88495	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF. 04/2023	M2	297,96	13,62	4.058,22
4.3	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	383,43	17,93	6.874,90
4.4	SINAPI	100744	PINTURA COM TINTA ALQUIDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF. 01/2020	M2	34,30	15,38	527,53
4.5	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRILICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF. 04/2023	M2	146,97	20,93	3.076,08
4.6	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	54,94	22,78	1.251,53
4.7	COMPOSIÇÃO		APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.	M2	53,57	28,34	1.518,17



SECRETARIA DE
SAÚDE

COMISSÃO
PERMANENTE
DE LICITAÇÃO

FIs N° _____

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
			TOTAL 4.0				19.484,31
			TOTAL GERAL				129.382,38
BDI ADOTADO DE 18,58%							
FONTE: TABELA DO SINAPI DEZEMBRO/2025 NÃO DESONERADA							


Alencar Nascimento
Supervisor Local
CNPJ nº 08.194.799/0001-06

OBJETO: REFORMA DAS UBS DA COHAB, MACHADINHO, LARANJEIRAS E SIQUEIRA
LOCAIS: CENTRO URBANO, BAIRRO DE LARANJEIRAS E SÍTIO SIQUEIRA - MACHADOS/PE

COMPOSIÇÃO DE BDI		
COD	DESCRIÇÃO	%
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	3,00
DF	Despesas financeiras	0,59
R	Riscos	0,97
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	6,16
I	Impostos	5,65
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	2,00
	CPRB (4,5%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	
	TOTAL DOS IMPOSTOS	5,65
	BDI =	18,58%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA DE VALOR N° 00001/2026

COM BASE NO ART. N° 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de pinturas nos prédios das UBS do Município de Machados-PE.

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QTD.	V.UNIT.	V.TOTAL
1					
				Total	

Valor Global da Proposta;

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social; - N° do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Machados, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N°:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACHADOS POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA, PARA O SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o Município de Machados, Estado de Pernambuco, por meio da Prefeitura Municipal- Av. Major João Marques de Oliveira, S/N - Centro - Machados - PE, CNPJ nº 11.097.375/0001-38, neste ato representada por ..., portador da Cédula de Identidade nº., e inscrito no CPF/MF sob o nº., doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, ... - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Dispensa Licitação DP nº 00001/2026, Processo Licitatório nº 00005/2026, processada nos termos do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E VALOR:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada nº DV 00001/2026, tem por objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de pinturas nos prédios das UBS do Município de Machados-PE.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº DV00001/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de tarefa.

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO ORÇAMENTÁRIO:

As despesas do contrato neste exercício correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03.012 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**1030110022.087 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAGEM
DE UNIDADES DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA**

500.1002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

601.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

03.012 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1030110052.092 – FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

500.1002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

600.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

600.3110 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

600.3120 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA

600.3130 – TRANSF FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOV FEDERAL - BLOCO DE MANUT AÇÕES E SERVI PÚB DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO

621.0000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.**

4.1.1 A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os produtos fornecidos a que se referir;

4.1.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

4.1.3 Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do produto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

5.5. Deve fornecer todas as informações necessárias sobre as instalações elétricas existentes, incluindo plantas, laudos anteriores e dados de consumo energético.

5.6. Documentação Regulatória: Apresentar documentos necessários para a realização dos projetos, como licenças e autorizações pertinentes.

5.7. Garantir que a empresa contratada tenha acesso irrestrito aos locais onde os serviços serão realizados, a fim de facilitar inspeções e avaliações.

5.8. Disponibilizar recursos humanos da Prefeitura para colaborar com a equipe técnica da empresa, quando necessário.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.3. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.4. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.5. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.6. Efetuar 02 (duas) visitas semanais na sede do município, a fim de efetuar o relatório de acompanhamento e fiscalização.

6.7. Apresentar em seu quadro 01 (um) engenheiro eletricista, devidamente registrado no conselho de classe.

6.8. Estudos e pareceres Técnicos dos orçamentos e planilhas de quantidades, análise de documentos, relatórios, pleitos e/ou questionamentos.

6.9. Avaliação de carga projetada, compatibilizando com a carga instalada e demanda das demais unidades. Análise crítica do Dimensionamento de alimentadores de baixa tensão para cada quadro, assim como o encaminhamento e proteção.

6.10. Fiscalizar a Execução em obra, dos serviços de instalações Elétricas prediais de baixa tensão, aterramento, SPDA (Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas, instalação de quadros elétricos de distribuição de energia elétrica, conforme as normas da ABNT, NBR 5410 e NR 10.

6.11. Fiscalizar as Instalações elétricas Provisórias de Canteiros de Obras, assim como das frentes de serviço, visando o atendimento da NR-10.

6.12.. Acompanhar a manutenção de todo parque de iluminação.

6.13.. Promover a interface com as Concessionárias de Distribuição

6.14. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

O contrato ficará sujeito à aplicação das seguintes penalidades, respeitado o princípio constitucional da ampla defesa:

7.1. Em caso de atraso injustificado na execução do contrato: Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado na execução do contrato não ficando a administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Em caso de inexecução total o parcial do contrato:

7.2.1 Advertência;

7.2.2 Multa de 30% sobre o valor total do contrato;

7.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139, sem prejuízos das sanções previstas na lei e na cláusula sétima do presente contrato.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados em processo administrativo instaurado para tanto, respeitando o direito constitucional à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO, DA SUBCONTRATAÇÃO OU DA TRANSFERÊNCIA:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES:

A contratada assume exclusiva responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinado, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

A contratada também se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no processo de contratação. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TRIBUTOS E DESPESAS:

Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 107 da Lei 14.133/2021, está abaixo indicado e será considerado a data de assinatura do contrato:

.Início: 01 (um) dia;
Conclusão: 12 meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2026, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Bom Jardim.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Machados - PE, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADOS - PE.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.